

## AS POLÍTICAS DE ARQUIVO PARA DOCUMENTOS FÍSICOS E NATO-DIGITAIS NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS

### ARCHIVE POLICIES FOR PHYSICAL AND NATO-DIGITAL DOCUMENTS AT BRAZILIAN FEDERAL UNIVERSITIES

**LAILA GUIMARÃES CARDOSO** | Bacharela em Arquivologia pela Universidade de Brasília (UnB). Assistente de pesquisa do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), atua na gestão de documentos da Secretaria Nacional de Juventude | [lailagc9@gmail.com](mailto:lailagc9@gmail.com)

**JULIA ARAUJO DONATO** | Bacharela em Arquivologia pela UnB. Assistente de pesquisa do Ibict, atua na gestão de documentos da Secretaria Nacional de Juventude | [juliaadonato@gmail.com](mailto:juliaadonato@gmail.com)

**MARIA CAROLINA GONÇALVES DA SILVA** | Bacharela em Arquivologia pela UnB. Assistente de pesquisa do Ibict, atua na gestão de documentos da Secretaria Nacional de Juventude | [mariacarolina2b@gmail.com](mailto:mariacarolina2b@gmail.com)

**MILTON SHINTAKU** | Mestre e doutor em Ciência da Informação pela UnB. Tecnólogo do Ibict e professor da Secretaria de Educação do Distrito Federal | [milton.shintaku@gmail.com](mailto:milton.shintaku@gmail.com)

#### RESUMO

O estudo buscou identificar as políticas de arquivo das universidades federais brasileiras, a partir da aplicação de questionários via Internet. A maior parte das instituições realiza atividades que estão pautadas na gestão documental, mas menos da metade delas possui uma política norteadora. Verificou-se também que o tratamento dado aos documentos nato-digitais ainda é pouco expressivo. *Palavras-chave: política de arquivo; documento físico; documento nato-digital; universidade federal.*

#### ABSTRACT

The study sought to identify the archival policies of the Brazilian federal universities through the application of questionnaires, via Internet. Most universities perform activities that are based on document management, but less than half of them have a guiding policy. It has also been found that the treatment given to digital-born documents is still not very significant. *Keywords: file policy; physical document; nato-digital document; federal university.*

#### RESUMEN

El estudio buscó identificar las políticas de archivo de las universidades federales brasileñas, por medio de la aplicación de cuestionarios, a través de la web. La mayoría de las universidades realizan actividades basadas en la gestión documental, pero menos de la mitad de ellas tienen una política orientadora. Se ha comprobado también que el tratamiento dado a los documentos digitales es poco expresivo todavía. *Palabras clave: política de archivo; documento físico; documento digital; universidad federal.*

## INTRODUÇÃO

As universidades federais brasileiras são instituições mantidas pela União que ofertam ensino superior público e gratuito à população, além de pesquisa e extensão, contribuindo para o desenvolvimento científico do país. Nesse sentido, é bem possível que elas produzam uma vasta documentação de cunho arquivístico, além de possuírem um rico passivo, na medida em que as primeiras universidades brasileiras datam do início do século passado.

A gestão de documentos<sup>1</sup> nos arquivos dessas instituições se faz imprescindível no que diz respeito à eficiência e eficácia nas tomadas de decisão e na resposta às demandas dos cidadãos, segundo o estabelecido pela Lei de Acesso à Informação (Brasil, 2011). Conforme o entendimento de Bernardes e Delatorre (2008), a gestão de documentos garante controle sobre as informações que as instituições produzem ou recebem, economia de recursos, melhoria e racionalização dos espaços físicos de guarda de documentos e agilidade na recuperação das informações.

Num contexto em que a gestão documental facilita a recuperação da informação, a Lei de Acesso à Informação (LAI) regulamenta o acesso à informação previsto pela Constituição como um direito fundamental dos cidadãos. Em uma reflexão sobre essa lei, Sousa, Oliveira e Sousa (2016) discutem a importância dos arquivos, que realizam a salvaguarda dos documentos resultantes das atividades dos órgãos, possibilitando o acesso, e destacam a responsabilidade dos agentes públicos no processo de fornecê-lo.

Nesse sentido, Silva e Garcia (2017) abordam o papel do arquivista nesse contexto, revelando as dificuldades enfrentadas por esse profissional na implantação da LAI, no âmbito de uma instituição de ensino. Os resultados dos autores, mesmo que restritos a uma instituição, levantam a preocupação com o papel esperado desses profissionais, na medida em que sua formação não os prepara para esse cenário.

Dessa forma, este estudo se propõe a verificar se as universidades federais brasileiras possuem uma política de gestão para os documentos físicos<sup>2</sup> e nato-digitais, bem como a examinar as atividades de gestão de documentos realizadas. O presente trabalho integra o projeto de pesquisa, feito em parceria entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), unidade de pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), voltado ao desenvolvimento de modelo de sistema de informação para gestão da informação, e a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), vinculada à Presidência da República. É um projeto amplo que envolve vários estudos sobre a ciência da informação e disciplinas correlatas como arquivologia, biblioteconomia, comunicação e tecnologia da informação.

---

1 Segundo o *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*, gestão de documentos é o “conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos em fases corrente e intermediária, visando à sua eliminação ou recolhimento”.

2 Documentos físicos, em suporte papel, que não foram digitalizados.

## POLÍTICAS DE ARQUIVO

A temática política pública, oriunda da ciência política, vem ganhando mais destaque nos estudos e pesquisas no Brasil. Políticas públicas são conjuntos de programas e ações tomadas pelo governo que visam garantir determinado direito de cidadania assegurado pela Constituição para a sociedade. As políticas públicas, segundo Sousa (2006), podem ser entendidas como respostas do Estado aos direitos coletivos da população.

Nesse viés, é um direito fundamental dos cidadãos o acesso à informação, previsto na Constituição Federal de 1988 e na LAI. Desse modo, Sousa (2006) afirma que o valor da informação arquivística brasileira para a sociedade fundamenta a necessidade da formulação de políticas públicas de arquivo no país, uma vez que carrega a defesa e a garantia de direitos individuais e coletivos. Essas políticas públicas arquivísticas são definidas por Jardim (2006, p. 10) como

o conjunto de premissas, decisões e ações, produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse social, que contemplam os diversos aspectos (administrativo, legal, científico, cultural, tecnológico etc.) relativos à produção, uso e preservação da informação arquivística de natureza pública e privada.

As políticas públicas de arquivo são normalizadas pela legislação arquivística, que não é em si uma política. Isto é, a legislação arquivística apresenta subsídios para colocar em prática as políticas públicas de arquivo, sendo um instrumento a favor da gestão, uso e preservação dos arquivos, conforme explicita Jardim (2006). Assim, a lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991, intitulada como Lei de Arquivos, pode ser considerada o marco legal para a produção de políticas públicas, uma vez que estabelece conceitos fundamentais em arquivística, como apontado por Carpes e Castanho (2011).

No Brasil, as políticas públicas arquivísticas são formuladas pelo Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), órgão nacional colegiado formado por representantes do governo e da sociedade. Já quem acompanha e implementa essas políticas, no âmbito do Poder Executivo federal, é o Arquivo Nacional, vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública. Para que essas políticas públicas sejam efetivadas, não cabem apenas ao Estado sua formulação e execução. A responsabilidade por sua construção e implementação deve ser um esforço conjunto entre a sociedade, arquivistas, instituições, universidades, Conarq e Arquivo Nacional.

Sendo a política pública uma base para o desenvolvimento das atividades de arquivo nas instituições públicas, faz-se necessária a criação de políticas de arquivo no âmbito interno das instituições que direcionem as atividades realizadas no que concerne ao fluxo e gestão de documentos. Essa política pode ser considerada como uma ferramenta arquivística que aperfeiçoa o uso das informações contidas nos documentos físicos e nato-digitais, de modo a auxiliar nas tomadas de decisão, comprovação de direitos individuais e coletivos e registro da memória coletiva, como lembram Bernardes e Delatorre (2008). As suas diretrizes podem

ser incorporadas na administração por meio de regimentos, instruções e normas internas, com base em um programa de gestão documental.

A gestão de documentos é, ainda conforme o entendimento dessas autoras, um conjunto de normas e procedimentos técnicos para a produção, tramitação, classificação, avaliação, uso, preservação e arquivamento, com a definição de prazos de guarda e destinação final, aplicados durante o ciclo de vida dos documentos. Um arquivo com políticas arquivísticas bem definidas, tendo como base um programa de gestão documental, consegue atender a demandas e necessidades de informação social, já que os documentos de arquivo são registros para a defesa dos direitos de quem os produziu, no cumprimento da missão de agente estatal, e servem de fonte de informações para os cidadãos, de acordo com Silva (2013).

Entendendo a importância da gestão documental nas instituições federais, que contribui para atender a demandas da sociedade e dar transparência às ações das universidades, realizamos este estudo, que tem como objetivo verificar as políticas de arquivo existentes nas universidades federais brasileiras e quais atividades tipicamente arquivísticas são praticadas por elas.

## **METODOLOGIA**

A proposta deste trabalho foi identificar quantas e quais universidades federais brasileiras possuem políticas de gestão de documentos para os arquivos físicos e nato-digitais e verificar as atividades de gestão documental que são realizadas. Foi por meio de um questionário estruturado, aplicado via Internet, já que a distância geográfica e o quantitativo de universidades impediam a aplicação presencial, que se cumpriu o objetivo. As universidades federais estão espalhadas pelas cinco regiões brasileiras e totalizam 63.

O estudo em questão teve duração de oito meses, tendo início em outubro de 2017 com a delimitação do universo da pesquisa e elaboração do questionário. A segunda etapa consistiu na coleta de dados, com duração de cinco meses (novembro de 2017 a abril de 2018). Por fim, a terceira fase, com duração de dois meses, consistiu na tabulação e análise dos dados coletados, além da elaboração deste artigo.

Na primeira etapa, foi realizada uma pesquisa nas páginas on-line<sup>3</sup> das universidades a fim de obter os contatos dos setores de arquivo. Quando não foi possível obter esses dados por meio dos sites, entrou-se em contato pelos telefones gerais das instituições. Ainda assim houve dificuldade, então foi necessário solicitar os contatos por meio do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC). Além disso, nessa etapa, foi elaborado um questionário, utilizando-se a ferramenta Formulários Google.

Em posse dos e-mails das unidades de arquivo, dos setores administrativos que funcionam como arquivo ou até mesmo de algum arquivista, visto que nem todas as universidades

---

3 O número total de universidades federais brasileiras e suas páginas on-line foi encontrado por meio da ferramenta de busca Google, na Internet.

possuem uma unidade centralizada de gestão de documentos, foi enviado o questionário estruturado. Nessa segunda etapa, também foi preciso solicitar a resposta por meio do e-SIC, visto que muitas universidades não acessaram o e-mail enviado e/ou se recusaram a responder. O questionário foi desenvolvido em três blocos, que somam um total de 89 variáveis, por meio de itens objetivos e subjetivos, de modo a obter as seguintes informações:

- *informações demográficas*: dados sobre as universidades de forma a caracterizar as instituições participantes do estudo;
- *informações sobre o arquivo*: dados sobre a unidade estudada, de modo a verificar o perfil profissional e o posicionamento da unidade na instituição;
- *informações sobre a gestão arquivística de documentos*: dados sobre a gestão documental dos documentos físicos e nato-digitais, para averiguar as políticas de arquivo existentes nas instituições.

Na terceira etapa, os dados foram tabulados em uma planilha para facilitar a visualização dos resultados. A análise foi feita de forma quali-quantitativa e descritiva, que identifica e avalia as políticas de arquivo presentes ou não nas universidades federais brasileiras. Consideraram-se as subjetividades das respostas, como apresentado por Flick, Kardorff e Steinke (2004), alinhadas à questão dos significados sociais.

## RESULTADOS

Foram enviados formulários para 63 universidades federais, das quais 54 responderam, o que equivale a 85,71%. Cinco universidades enviaram o questionário duas vezes, sendo que três formulários foram respondidos por pessoas diferentes dentro da mesma instituição. Isto pode demonstrar a falta de contato entre os setores de trabalho, gerando contradições nas respostas dadas. Dessa forma, optou-se por escolher os formulários com as respostas mais completas.

Os dados das universidades foram levantados na Internet, no entanto o estudo constatou que, na maior parte das páginas on-line das instituições, não havia o contato direto das unidades de arquivo. Isso pode indicar, conforme afirmam Farias e Roncaglio (2015), que as unidades de arquivo precisam investir na sua visibilidade estratégica dentro das instituições.

O estudo optou pela estratégia de contatar o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) para conseguir o contato do arquivo. Com essa ação, pôde-se obter o contato dos arquivos das universidades, mesmo que com certa dificuldade, visto que a ligação era transferida mais de uma vez, revelando que os arquivos podem não ser conhecidos internamente.

Verificou-se que 62,96% das universidades analisadas possui, na estrutura administrativa, uma unidade responsável pela gestão da informação.<sup>4</sup> Já em 35,18% não há uma

---

4 A gestão da informação tratada neste artigo é relacionada a setores de instituições que, comumente, não são só responsáveis pelo arquivo, mas também pela administração do uso e circulação da informação.

unidade centralizadora; e apenas um respondente não soube informar se havia uma unidade com atribuições para esse fim. Centralizar a gestão da informação em um setor pode facilitar a concretização de resultados, uma vez que as atividades tendem a permanecer mais alinhadas a um único objetivo, sendo gerenciadas por uma só equipe que direciona os trabalhos.

Sobre a quantidade de funcionários nas unidades de trabalho dos respondentes, 57,40%, o que representa mais da metade dos arquivos das universidades, possui de um a cinco colaboradores. Constatou-se ainda que os arquivos que possuem de cinco a dez colaboradores representam 14,81%; de dez a quinze funcionários, 5,55%; de quinze a vinte, 7,40%. Sete respondentes afirmaram que essa questão não se aplica ao contexto em que estão inseridos e um respondente não soube informar.

Este estudo revelou que, das 54 universidades analisadas, 42 possuem arquivistas no quadro de funcionários dos arquivos. Foi contabilizado o total de 168 arquivistas, que estão divididos da seguinte forma: 61,11% dos arquivos possuem de um a cinco arquivistas; 7,40%, de seis a dez; 5,55%, de onze a quinze; e 3,70%, de dezesseis a vinte profissionais. As duas universidades com as quantidades mais expressivas de arquivistas foram a Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com 16 e 17 arquivistas respectivamente.

Sobre a existência de políticas desenvolvidas especificamente para as atividades dos arquivos que contemplem os documentos em suporte físico, constatou-se que 48,15% dos respondentes (26 universidades) confirmaram a presença dessas políticas. As propostas citadas consistem em normas, regimentos, manuais e resoluções desenvolvidos em âmbito interno e que direcionam a organização, armazenamento, classificação, avaliação, eliminação, preservação, entre outros procedimentos.<sup>5</sup>

Apenas duas instituições apontaram quais políticas institucionalizadas possuem, que direcionam todas as atividades necessárias nos arquivos: a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e a Universidade Federal de Goiás (UFG). Algumas instituições citaram que suas políticas estão em fase de atualização.

Parte dos interlocutores citou a legislação arquivística brasileira e as resoluções do Conarq como políticas de arquivo, compreendendo a política em um sentido mais amplo e não com especificidades para os arquivos em questão. Além disso, um dos respondentes apresentou um sistema informatizado como exemplo de política de arquivo, explicando suas funcionalidades.

---

5 Os procedimentos adotados, segundo alguns respondentes, têm como base instrumentos de gestão de documentos, como a resolução n. 35 do Conarq, que dispõe sobre o código de classificação de documentos de arquivo para a administração pública – atividades-meio e a tabela básica de temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-meio da administração pública e também a tabela de temporalidade de destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-fim das instituições federais de ensino superior (Ifes), que são normativas e instrumentos obrigatórios para estas instituições.

A maioria das universidades (51,85%) não possui política de arquivo que contemple os acervos físicos, e esse fato se justifica, segundo os respondentes, pela falta de uma unidade centralizadora que direcione as atividades do arquivo; pela realização de atividades de gestão de documentos de forma isolada e fragmentada; e porque as políticas estão em fase de desenvolvimento por parte dos arquivistas responsáveis.

Este estudo buscou saber também quais atividades ligadas à gestão arquivística e às atribuições dos arquivos são realizadas em relação aos documentos físicos. As atividades citadas pelo maior número de universidades são arquivamento e desarquivamento, tramitação e classificação arquivística. Uma universidade não soube informar e quatro afirmaram não realizar nenhuma das atividades apresentadas no questionário. O percentual de respostas para cada uma das atividades pode ser observado na tabela 1.

**Tabela 1** – Atividades aplicadas aos documentos físicos nas universidades federais

<b>Atividades</b>	<b>Percentual (%)</b>
Arquivamento e desarquivamento	83,33%
Acesso e difusão	55,55%
Registro	77,77%
Tramitação	83,33%
Transferência	53,70%
Classificação	81,48%
Avaliação	55,55%
Descrição	40,74%
Conservação	51,85%

Fonte: elaboração própria, com base na aplicação dos questionários.

Com relação às políticas de gestão de documentos nato-digitais, os quais são produzidos por sistemas informatizados em meio eletrônico, este estudo revelou que, das universidades analisadas, 61,10% não possuem política e apenas 16,70% dos respondentes confirmaram a existência de política para este tipo de documento. Outros 20% consideraram que a existência de políticas não se aplica a sua realidade, possivelmente por ainda não produzirem documentos nato-digitais.

Foram citadas, como políticas, as funcionalidades e possibilidades de gerenciamento dos processos dos sistemas informatizados utilizados. Um respondente afirmou que, resguardando as especificidades dos nato-digitais, serão seguidos as normativas do Conarq. Apenas uma universidade possui uma comissão que inclui estudos voltados à gestão arquivística de documentos nato-digitais, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Sobre as atividades ligadas à gestão arquivística e às atribuições dos arquivos aplicadas aos documentos nato-digitais, constatou-se que as atividades realizadas pelo maior

número de universidades são tramitação, classificação e registro. Onze respondentes não souberam informar e nove afirmaram não realizar nenhuma das atividades apresentadas no questionário. O percentual de respostas para cada uma das atividades pode ser observado na tabela 2.

**Tabela 2** – Atividades aplicadas aos documentos nato-digitais nas universidades federais

<b>Atividades</b>	<b>Percentual (%)</b>
Arquivamento e desarquivamento	37,03%
Acesso e difusão	27,77%
Registro	40,74%
Tramitação	48,14%
Classificação	46,29%
Avaliação	33,9 %
Descrição	22,22%
Armazenamento em rede <sup>6</sup>	31,48%
Preservação em repositório digital <sup>7</sup>	14,81%

Fonte: elaboração própria, com base na aplicação dos questionários.

A produção e o uso de documentos nato-digitais foram considerados como desafios para a realidade arquivística do Brasil para 90,74% dos respondentes. As justificativas se baseiam em: falta de recursos humanos, financeiros e tecnológicos; legislações arquivísticas que não estão consolidadas; dificuldade no atendimento aos cidadãos por meio de portais de transparência; fragilidade da segurança e recuperação das informações nos sistemas já utilizados; falta de modelos/referências que tratem de políticas de arquivo para documentos nato-digitais; profissionais desatualizados, despreparados ou sem participação na implantação e gestão de sistemas; ausência de funcionalidades nos sistemas que garantam a gestão adequada dos documentos, contemplando as funções arquivísticas; e ausência de soluções consolidadas e padronizadas para a preservação digital.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A motivação deste estudo foi identificar as universidades federais brasileiras que possuem uma política de arquivo consolidada e quais atividades de gestão de documentos são praticadas nessas instituições. Dessa forma, pretende-se contribuir para a salvaguarda dos

<sup>6</sup> Método utilizado para conservação de documentos nato-digitais.

<sup>7</sup> Método utilizado para conservação de documentos nato-digitais.



documentos públicos das universidades e para a garantia dos direitos dos cidadãos em ter acesso à informação de forma segura, eficiente, transparente e autêntica.

A partir dos dados, percebe-se que a maior parte das universidades realiza atividades que estão pautadas na gestão documental, mas menos da metade possui uma política que as norteie. Essa situação pode ser considerada delicada, uma vez que, ao realizar atividades de gestão sem ter uma política em que se basear, a instituição tende a fazer procedimentos sem o mínimo de padronização.

Deve-se levar em conta que a política de arquivo e a gestão de documentos se complementam, uma vez que as políticas fornecem o referencial teórico necessário às práticas envolvidas em um programa de gestão documental. Da mesma forma que a gestão sem uma política que norteie suas atividades pode causar prejuízos à instituição, também não faz sentido ter uma política sem os recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos necessários para realizar as atividades.

Pode-se inferir que na sociedade atual há o entendimento de que as tecnologias podem facilitar o acesso à informação, atendendo de modo eficiente e eficaz às demandas dos cidadãos. No entanto, no caso das universidades, ainda não há a gestão arquivística dos documentos nato-digitais, e isso talvez se dê pelo fato de acreditarem que as ferramentas tecnológicas supram essa necessidade. Essa visão é arriscada, já que o desenvolvimento de sistemas informatizados deve considerar requisitos definidos pela arquivística e que garantam a gestão de documentos. Além disso, a consolidação das informações contidas nos documentos depende da definição de normas e procedimentos que envolvem a área da arquivística.

Referindo-se a documentos de arquivo, que são produzidos e/ou acumulados por pessoas físicas e/ou jurídicas no decorrer das suas atividades e funções, o tratamento dos nato-digitais deve ser igual ao dos documentos físicos, diferenciando-se somente o suporte. Os resultados que se referem à gestão de documentos nato-digitais, se comparados com os dos documentos físicos, demonstram que o tratamento dado àqueles é o mesmo, porém o número de instituições que realizam atividades de gestão ainda é menos expressivo.

De modo geral, por meio da análise dos dados evidenciou-se que ainda há a necessidade de conscientização sobre a importância dos arquivos possuírem diretrizes que demonstrem a relevância dos trabalhos arquivísticos, não somente nos âmbitos coletivos e nacionais, como no caso das atribuições do Conselho Nacional de Arquivos, mas também com políticas internas que ampliem a visibilidade do arquivo dentro da instituição da qual faz parte.

No cenário atual, a produção de documentos nato-digitais tende a crescer cada vez mais; no entanto existe uma preocupação referente aos documentos físicos, uma vez que há um passivo sem tratamento arquivístico. Isso nos leva a um questionamento: mesmo com políticas públicas de arquivo consolidadas, ainda não há controle total sobre a gestão de documentos físicos, então como fazer políticas arquivísticas que abranjam as atividades de gestão de documentos nato-digitais se não há um consenso sobre como geri-los e preservá-los?

Nessa perspectiva, sugere-se que haja um estudo mais aprofundado sobre a gestão de documentos nato-digitais, para que as políticas de arquivo desses documentos se concreti-

zem não só nas universidades federais, como em outras instituições públicas e privadas. Em um contexto de constantes transformações tecnológicas, uma política de arquivo para os documentos nato-digitais representaria um direcionamento para as instituições públicas, permitindo que o tratamento desses documentos estivesse em conformidade com os princípios arquivísticos e acompanhasse as contínuas mudanças oriundas das tecnologias.

## Referências

BERNARDES, Ieda Pimenta; DELATORRE, Hilda. *Gestão documental aplicada*. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2008. Disponível em: <[http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/publicacao/anexo/gestao\\_documental\\_aplicada.pdf](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/publicacao/anexo/gestao_documental_aplicada.pdf)>. Acesso em: 13 jun. 2018.

BRASIL. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a lei n. 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 18 nov. 2011. p. 1 (edição extra). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm)>. Acesso em: 20 mar. 2018.

CARPES, Franciele Simon; CASTANHO, Denise Molon. A política nacional de arquivos nas perspectivas das universidades federais do Rio Grande do Sul. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 16, n. 4, p. 192-211, out./dez. 2011. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1292>>. Acesso em: 5 jun. 2018.

FARIAS, Juliana Pinheiro; RONCAGLIO, Cynthia. Aplicação da Nobrade nos arquivos públicos municipais. *Archeion Online*, João Pessoa, v. 3, n. 1, p. 65-76, jan./jun. 2015. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/archeion/article/view/24778>>. Acesso em: 25 mai. 2018.

FLICK, Uwe; KARDOFF, Ernst von; STEINKE, Ines. Was ist qualitative Forschung? Einleitung und Überblick. [O que é pesquisa qualitativa? Uma introdução]. In: \_\_\_\_\_. *Qualitative Forschung: Ein Handbuch* [Pesquisa qualitativa: um manual]. Reinbek: Rowohlt, 2004. p. 13-29.

JARDIM, José Maria. Políticas públicas arquivísticas: princípios, atores e processos. *Arquivo & Administração*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/62325>>. Acesso em: 4 jun. 2018.

SILVA, Anna Carollyna Bulhões Moreira; GARCIA, Joana Coeli Ribeiro. Responsabilidade ética e social do arquivista e a Lei de Acesso à Informação. *Ágora – Revista do curso de arquivologia da UFSC*, v. 27, n. 55, p. 539-565, jul./dez. 2017. Disponível em: <<https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/672>>. Acesso em: 3 jun. 2018.

SILVA, Luiz Carlos da. *Políticas públicas de arquivo: a gestão documental do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo*. 2013. 138 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/ECIC-9C2NQR?show=full>>. Acesso em: 5 jun. 2018.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. O arquivista e as políticas públicas arquivísticas. In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 2., 2006, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Associação dos Arquivistas do Rio Grande do Sul, 2006. p. 1-18. Disponível em: <[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1026/1/EVENTO\\_ArquivistaPoliticaPublicaArquivo.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1026/1/EVENTO_ArquivistaPoliticaPublicaArquivo.pdf)> Acesso em: 30 mai. 2018.

SOUSA, Rosilene Paiva Marinho de; OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de; SOUSA, Markson Roberto Ferreira de. Reflexões sobre a regulamentação da Lei de Acesso à Informação no âmbito do Poder Executivo federal. *Revista Analisando em Ciência da Informação*, João Pessoa, v. 4, n. 2, p. 77-98, jul./dez. 2016. Disponível em: <[http://racin.arquivologiauepb.com.br/edicoes/v4\\_n2/racin\\_v4\\_n2\\_artigo05.pdf](http://racin.arquivologiauepb.com.br/edicoes/v4_n2/racin_v4_n2_artigo05.pdf)>. Acesso em: 5 abr. 2018.

---

Recebido em 29/6/2018

Aprovado em 14/2/2019